



Companhia

TUDO PELA LIBERDADE

ANNO X

DIRECTOR - PAULINO VARES

N. 740

República Oriental do Uruguai

29

Rivera, 24 de Janeiro de 1893.

PAZ!

De um extremo ao outro do Brasil, não há exagero em afirmar, tem-se formado uma corrente de opinião que sinceramente almeja a pacificação da Joven República americana, à qual maus criminosos e espíritos perversos tem procurado converter em horrores necrópole, semear o luto, a miséria e a anarquia no seio de todas as classes da sociedade.

No Rio do Janeiro, principalmente, desde a ascenção do novo magistrado, a imprensa, pelos seus mais legítimos órgãos, e o povo, por intermédio dos seus mais sinceros representantes, manifestam-se empolgados em conseguir a pacificação do glorioso Estado meridional, da ativa e tradicional terra dos imortais, *farrapos* — o legendaria Rio Grande do Sul.

Paz, Ordem e Progresso! eis o que aspiram aqueles que, não envolvidos na luta fratricida, procuram em honrosas soluções o restabelecimento da harmonia no seio da família rio-grandense!

Basta de sangue! eis os braços que irrompem de corações patriotas, das almas ainda não feridas daqueles que não confundem os interesses da pátria com os próprios, daqueles que sentem com a verdade do régimen republicano, daqueles que, no sagrado altar da pátria, depositam as suas aspirações e pretensões, visando a salvação da República, cuja força e estabilidade residem na efectividade das garantias, políticas e civis, consagradas no código fundamental da nação.

Paz! eis a phraze que brota também dos labios dos revolucionários, a serem exactas as declarações que se atribuem ao illusitre almirante Saldanha da Gama, hoje supremo chefe militar da revolução rio-grandense, cujo brasileiro ilustre, dando mais uma prova de abnegação, desprendimento e patriotismo, disse que os revolucionários rio-grandenses não tinham dúvida em depositar junto com suas armas, no altar sagrado da pátria, as suas justas queixas e os seus efeitos intuios.

Conseqüentemente, se ha alguma cousa que, no Brasil, se possa hoje traduzir por uma aspiração nacional, é a pacificação do Rio Grande do Sul, e o restabelecimento da ordem, da tranquilidade, da harmonia no seio da família rio-grandense, de cuja necessidade estão convencidos os nossos próprios adversários que, fatigados, extenuados e, pôde se afirmar, descerentes da sua victoria, voltam-se para a pacificação como a única taboa de salvação a que se pôdem chamar apegar esses naufragos políticos.

Aos revolucionários, felizes, e em boa hora o dizemos, já mais surgiram ressentimentos afflictivos em que a descrença, o scepticismo, o desfalcamento, invadem o organismo daquelles que, lutando por um ideal, sentem arrofear o entusiasmo e deixam o desanimo invadir as suas fileiras, estacionando e desistindo dos propositos quo es atiraram na peleja; não, para honra desses bravos que, afirmando com energia e calma todos os revezes da jornada e da sorte, há dois annos lutarham pela mais justa das causas, devemos declarar bem alto que a fé no triunfo de seus sublimes e elevados idéas já mais adormece, confiando, acer adameis na victoria final quo, mais hoje ou mais amanhã, ha de escorar os esforços herculeos de quem com tanto valor, abnegação e sinceridade tem oferecido em holocausto à liberdade da pátria o sangue generoso quo a elas pertence.

Os revolucionários, pela voz autorizada de um dos seus mais competentes e illustres chefes, sacrificaram tudo ao bem estar da nação brasileira, ao engrandecimento da pátria, obedecendo aos seus impulsos patrióticos, ouvindo os dictames de suas consciências esclarecidas, mas numecendo cedendo à falta de coragem para prosseguir na gloriosa campanha encetada e sustentada com heroísmo e convicção.

Se lhes for proposta a paz, se com elles quiserem entrar em trânsaçoes que não deshonreiam nem aviltem a ambos os contendores, se lhes quiserem abrir novamente as portas da pátria e restituir-lhes as garantias, direitos e liberdades que lhes são conferidas pela constituição da República e as quais foram criminosamente usurpadas, os nossos alivios patrios que há dois annos estão em armas aceitarão a paz e depõrão as espingardas e luças com que têm repelido a tutela indigna, a escravidão indecorosa que lhes tem querido impôr.

A elles, porém, aos quais assistem os mais sagrados e inalienáveis direitos, porque se lançaram na luta armada por ser o único recurso que lhes restava, não compete implorar o perdão, porque não são criminosos, não deve delles partir a iniciativa da conciliação, visto que não fizem a revolução pelos simples gosso de devastar e assolar com os horrores da guerra civil a opulenta região rio-grandense, mas porque precisam reivindicar direitos violados, liberdades confiscadas, garantias usurpadas violentamente.

Acceptaremos a paz, mas já-mais a imploraremos, já-mais a proporemos ao governo do Sr. Castilhos, com quem é a nossa contenda; sem embargo não es-

tamos impedidos de registrar aqui quaisquer manifestações da opinião pública no favor da pacificação do nosso glorioso Estado.

Portanto, como um documento de alta valia, aqui archivamos a petição quo vai ser dirigida ao Dr. Prudente do Moraes pelo povo do Rio do Janeiro e cuja petição já conta com milhares de assinaturas:

“Hon. Exm. Sr. Dr. Prudente José de Moraes Barros, M. D. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil,

“No uso de direito, cuja inviolabilidade está assegurada pelo parágrafo 9º do art. 72 da Constituição do 24 de Fevereiro de 1891, os abaixo-assinados vem respeitosamente apresentar a V. Ex. o seguinte:

“Em 17 de Junho de 1892, o Sr. Julio de Castilhos, por meio de um movimento revolucionário e com o auxilio mal disfarçado da força militar do governo federal, se apoderou do governo do Estado do Rio Grande do Sul.

“Depois de consumado o atentado o grupo dominante tem praticado as maiores atrocidades, assaltando casas, sagrados e estâncias, arrebantando gados, vexando famílias, prendendo, encarcerando e assassinando os adversários políticos, verdadeiros ou supostos, de sorte que milhares de rio-grandenses, afim de fugirem à saúda de seus verdugos, foram obrigados a refugiar-se n'outros Estados ou em terra de estrangeiros. O Estado do Rio Grande foi convertido em terra de escravos e os perseguidos tiveram que emigrar para salvar as vidas, amargando no destino todos os dissabores da expatriação.

“As estatísticas do crime já-mais registraram factos tão iniquos, tão perversos, tão barbáres como os attentados praticados pelos castilhistas.

“Resistindo contra o despotismo rigoroso do tyrano detestando que lhe fôra imposto, se levantou com pujança o povo rio-grandense para reconquistar heroicamente, em luta desigual, a liberdade de sua terra.

“Na luta assim empenhada entre os rio-grandenses e os seus opressores, foi arrastado contra sua vontade o povo brasileiro a prestar auxilio aos verdugos do infeliz e heroico povo que defendia os seus direitos.

“Nesta luta sangrenta de brasileiros, se tem gasto milhares de contos de réis e derramado o sangue de milhares de victimas.

“Confiando no patriotismo e nos sentimentos humanitários de V. Ex., os abaixo-assinados respeitosamente lhe rogam que faça cessar essa luta.

“Dirigindo a V. Ex. este pedido de não desejam os supplicantes a

intervenção do governo federal nos negócios do Estado do Rio Grande, desde quo entendem que, sob o régimen federativo, não é licita a intervenção deste governo, por qualquer forma ou sob qualquer pretexto, nas relações dos governos dos Estados com os respectivos cidadãos ou destes entre si.

“O que pedem a V. Ex. é que, respeitando a autonomia do Rio Grande do Sul, faça retirar de seu território as tropas federais, deixando os rio-grandenses que se governem como entendam, porque só assim, na opinião dos supplicantes, é possível restabelecer-se a paz no seio da família brasileira. Nestes termos pedem se sirva bem desferir.”

“Em documento este, na actualidade de summa importância, pois que em meia duzia de singelos períodos está escripta a verdade dos factos que caretes risam o régimen do repudiado castilhismo e os quais determinaram a revolução rio-grandense.

“Esperemos, pois, pelo despatcho que o Sr. Prudente do Moraes dê a sua petição quo lhe vai ser apresentada.

Rodolfo Costa.

AS OPINIÕES

de
Saldanha da Gama

O facto de se manterem os revolucionários brasileiros em atitude de aberta hostilidade contra a nova presidência do Sr. Prudente de Moraes, e a resolução manifesta de não depôr as armas no Estado do Rio Grande e de ao contrario, imprimir-lhe maior impulso, levaram um dos representantes da *Prensa*, a fazer uma visita ao almirante Saldanha da Gama e interrogá-lo sobre as diferentes questões encunciadas nas epigraphes quo precedem estas linhas.

Com a sua amabilidade costumada, diz a *Prensa*, accedem ao nosso desejo o distinto marinheiro brasileiro, e, com as notas que tomamos reconstruimos a exposição quo nos fez, certos da fidelidade com que vamos reproduzir a por ter consultado nossa versão, depois de escripta, com o almirante Saldanha e ter obtido sua plena conformidade com os termos em que está redigida.

Eis, se não suas palavras, as opiniões sobre todos os pontos que o consultamos:

— A revolução não pôde querer nem quer a luta pela luta. Tão pouco abriga designios secretos. Em sua explosão inicial, mais que o incentivo de qualquer objectivo, predominou o

princípio natural da legitima defesa. Como é sabido, o que a fez rebentar no Sul, o que a converteu, para bem dizer, n'uma necessidade fatal, inevitável, foi a ferozidade sem exemplo do governo de Julio de Castilhos no Rio Grande, secundada pela tyrannia ominosa de Floriano Peixoto no governo federal.

Uma vez accessa naquelle extremo a teia da discordia fraterna, o incendio não tardou em propagar-se até ao coração do paiz.

A prova da vitalidade da revolução está em que os desastres sofridos não foram capazes de abatê-la.

Floriano Peixoto teve que ceder o poder deixando-a do pé, mostrando que sua attitud tão aggressiva quanto injustificável, o governo presidido por Prudente de Moraes só encarrega de justificá-la quanto ao prosegimento da luta armada.

Seu propósito e seu programma continuam sendo os mesmos; combater antes de tudo a tyrannia sob qualquer forma que ella se apresente, ostensiva e brutal ou disfarçada e machiavelica; a par disto, reivindicar para todo o brasileiro o direito de viver no Brasil e restabelecer a verdade de nossas antigas e já consagradas liberdades e garantias, tanto políticas como civis, encarnadas n'um régimen mais franco, mais educador, mais livre, mais conforme em summa, com o nosso temperamento e os nossos costumes.

Esse régimen não pôde ser outro senão o parlamentar-representativo.

A forma presidencial, tão imprópria e servilmente plagiada da Constituição norte-americana, começa por não amoldar-se à nossa índole, nem à nossa educação, e digo mais: por sua própria essencia annulla os homens superiores, neutraliza a ação fiscalizadora dos partidos, dificulta a solução tranquilla das crises políticas, presta-se ao predominio das camarilhas pessas e sobre todo propende à dictadura ou à tyrannia por pouco que o chefe omnipotente do Executivo se despoje de escrupulos e não se envergonhe de corromper os elementos constitutivos da força pública.

Quatro annos de applicação do sistema tem sido mais que suficientes para pôr em relevo todos os seus inconvenientes e perigos. Tão pouco se mostram mais enganadores os predromos d'essa nova situação calcada sobre os mesmos moldes.

Contudo, animados pelos nobres sentimentos que determinaram suas ações e inspirado seus sacrifícios, os revolucionários, em consideração ao bem geral, não vacilariam em depôr no altar da pátria, junto com suas armas,

suas justas queixas e seus eloquios, que cabem ser os primeiros a lorar o symbolico ramo do oliveira.

Se ha no Brasil sincero desejo de paz interna, se é geral na verdade o afan pelo restabelecimento da concordia na família brasileira — o exemplo ou o signal não pôde partir, em rigor, se não d'aqueles quo pelo mesmo quo se consideram legítimos ocupantes dos mais altos cargos do Estado, innumeros-lhes também promover o bem estar e aliviando com acerto e sem paixão as causas perturbadoras do socceto publico.

Desgraçadamente não se revela fundida em tais moldes a política do novo presidente com respeito à revolução. Em seus conselhos se vê reapparecer o elemento castilhista e a camarilha dos celebres generaes paulistas do mao dadas e ligados no mesmo conluio quo tão fatal foi já ao Brasil e ao proprio ex-presidente.

Dominado pela preocupaçao ou o pretexto do “não parcer debil”, Prudente do Moraes, à semelhança de seu antecessor, dá mostras de preferir a consolidação do seu governo pelo emprego da força, no meio dos escombros de uma parte do paiz e sobre os cadáveres de milhares de brasileiros.

Ha outras duas razões quo fazem circular adrede, para projectar boa luz sobre a obstinação belicoso do novo presidente. Propalado com efeito, o como se viesse inspirado do alto, quo não sómente se desconfia dos propósitos da revolução depois que se separou della o elemento quo se intitula republicano histórico, mas também que se lhe atribuem designios restauradores pelo motivo da minha presença em suas fileiras.

Antes de tudo o tal elemento republicano histórico resume-se no grupinho comitista, quo além de não ter tido parte no princípio da revolução do Rio Grande, sómente apareceu depois da sublevação da esquadra. Edeais, o facto da separação não é do agora.

Sedentos sempre do poder, coi mo todos os da seita, esses comitistas revolucionários, se haviam já apartado virtualmente da revolução desde que, com a mudanca operada no governo provisório do Desterro, perderam a posição predominante que até então tinham ocupado. Seantes não romperam as hostilidades mais publicamente, foi sei d'vida por estarem esperando o momento propicio para fazel o com proveito; porém não se queceram de ir efectuando dentro da propria revolução, um travbalho zapa, surdo e dissimulado, encunhando a maldosa em todos os sentidos.

